

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a sexagésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Margarida Caeiro Vasco e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 26 DE ABRIL DE 2016: € 809 628,09. -- -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS. -----

1. CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO. PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE PENDÕES DO EVENTO PEDREIRA DOS SONS. -----

Solicita a Câmara Municipal de Viana do Alentejo autorização para a colocação de pendões publicitários, entre os dias 26 de abril e 31 de maio, para divulgação do evento "Pedreira dos Sons", que decorrerá naquela localidade de 20 a 22 de maio. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 37/2015, da Subunidade Administrativa e de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pois no âmbito do planeamento e desenvolvimento lhe compete *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*, delibera autorizar a colocação pendões publicitários lembrando a necessidade da remoção dos mesmos após a realização do evento. -----

2. TERTÚLIA DO GRUPO DE FORCADOS AMADORES DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DA PRAÇA MULTIUSOS. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Tertúlia do grupo de Forcados Amadores de Cuba, a cedência da Praça Multiusos, para a realização de um treino, no dia 16 de abril de 2016, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere a pretensão da requerente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. CENÁRIOAGOSTO, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ---

Solicita a empresa Cenárioagosto, a emissão de licença especial de ruído, para a realização de duas Festas de Carnaval no Café Galeria Cubas no horário compreendido entre as 22,00 horas e as 4,00 horas dos dias 3 para 4 e 4 para 5 de fevereiro de 2016. --- Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que defere a emissão de licença especial de ruído nos dois dias até às 2,00 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Mais delibera informar a requerente da deliberação de Câmara tomada em reunião de 16/08/2012, através da seguinte transcrição: *"deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspeção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02 horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espetáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20 horas de qualquer dia útil."*-----

Delibera ainda informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

4. JOAQUIM MARIA DOS REIS QUÍTALO. PEDIDO DE CERTIDÃO NOS TERMOS DO AUGI.

Foi presente às Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sr.ª Joaquim Maria dos Reis Quítalo, para efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, na radacão actual, defere a emissão de uma certidão comprovativa de que a Câmara não se opõe ao aumento do número de compartes, no prédio rústico sito no local denominado "Concelho", inscrito na matriz predial sob o art.º 100, secção C, pertencente à freguesia de Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. COMISSÃO CONCELHIA DE CUBA DA CDU. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES, EM CUBA, E APOIO LOGÍSTICO ALTERNATIVO. -----

Solicitou a Comissão Concelhia de Cuba, da CDU, a cedência do espaço público do Pátio do Fidalgo, em Cuba, a fim de realizar uma ação política e de convívio, no dia 16 de abril de 2016, bem como solicita a cedência, a título gratuito, de 150 cadeiras, material de som e palanque. Pedido este que foi atendido. -----

Atendendo às previsões climáticas para aquela data, foi rececionado novo pedido para disponibilização do Pavilhão de Exposições em alternativa ao primeiro, pretensão que mereceu despacho favorável do Sr. Vice-Presidente. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

6. MARIA TERESA DAMAS LANÇA ENGUIÇA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA TÚLIO ESPANCA, N.º 1, EM CUBA.

Solicita a Sr.ª Maria Teresa Damas Lança Enguiça, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 288,67 em 6 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 80/2016, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 6 prestações: 5 (cinco) de € 50,00 e 1 (uma) de € 38,67, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

7. HELDER ROSÁRIO MARTINS CAPELA BICHO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA AMÁLIA RODRIGUES, N.º 10, EM CUBA. -----

Solicita o Sr. Helder Rosário Martins Capela Bicho, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 192,76 em 16 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 80/2016, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em 3 prestações: 15 (quinze) de € 12,50 e 1 (uma) de € 5,26, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

8. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA, EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DE ÉVORA, 48 – R/C ESQ.º, EM CUBA. ----

Solicita a Sr.ª Maria Manuela Caeiro Mestre, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de

consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 72,49, em 6 prestações mensais, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----
A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 80/2016, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, delibera atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento em 6 prestações: 5 (cinco) de € 12,50 e 1 (uma) de € 9,99, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

9. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. PEDIDO DE PAGAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita a Sr.ª Maria Manuela Caeiro Mestre, que lhe seja autorizado o pagamento em prestações no valor de € 12,00 mensais, da componente de apoio à família, dos seus filhos Duarte, Diogo e Dinis Mestre Nunes, que se encontra em dívida, alegando indisponibilidade financeira. -----

A dívida totaliza € 613,73, distribuída da seguinte forma: Ano 2014 - € 276,30, Ano 2015 - € 270,68, Ano 2016 - € 66,75. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente, possibilitando o pagamento faseado, atendendo aos compromissos pela mesma já assumidos. -----

10. CENÁRIOAGOSTO, UNIPESSOAL, LDA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. ----

Solicita a empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, licença especial de ruído, para a realização de uma sessão de música ao vivo, no dia 30/04/2016, no horário compreendido entre as 08.00 H e as 04.00 H, do dia 01/05/16, na Adega da Lua, em Cuba. -----

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 84/2016, da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, delibera emitir licença especial de ruído das 10,00 horas do dia 30 de abril até às 2,00 horas do dia 1 de maio. -----

11. RAUL MANUEL VIANA AMARO. PEDIDO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO POLICIAL. -----

Solicita o Sr. Raul Manuel Viana Amaro a confirmação de toponímia e numeração policial do prédio art.º 511, da freguesia de Vila Ruiva. -----

De acordo com a informação n.º 71/2016, do Serviço de Urbanismo, confirma-se que o local onde se situa o prédio propriedade do requerente sito na Freguesia de Vila Ruiva e Concelho de Cuba, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 511, foi anteriormente denominado como Rua do Terreiro, tendo atribuída atualmente a denominação de Rua Nova do Castelo e encontrando-se atribuído o n.º 13 de polícia em conformidade com o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração Policial de Edifícios. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

12. CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE CUBA. CERTIDÃO COMPROVATIVA DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO POLICIAL. -----

Solicita a Conservatória do Registo Predial de Cuba a confirmação de toponímia e numeração policial relativamente à morada do Sr. Joaquim Isidoro Dionísio Leão. -----
De acordo com a informação n.º 69/2016, do Serviço de Urbanismo, confirmou-se no local que o Município Joaquim Isidoro Dionísio Leão, é residente em Cuba, encontrando-se atribuída à morada do mesmo a designação toponímica Bairro General Humberto Delgado, lote 4, em conformidade com o disposto no Regulamento Municipal de Toponímia e numeração policial de edifícios. -----
A Câmara, por unanimidade, delibera certificar a pretensão emitindo o documento cujo teor deve corresponder ao conteúdo da Informação. -----

13. ANA MARIA PIRES JANEIRO. PEDIDO DE PERDÃO DE AGRAVAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO. -----

Solicita a Sr.ª Ana Maria Pires Janeiro, que lhe seja retirado o agravamento da renda do mês de abril de 2016, em virtude da débil situação financeira, informado que a mesma será paga juntamente com a renda do mês de maio. -----
A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente desde que seja cumprido o compromisso do pagamento no mês de maio. -----

14. VERA CRISTINA BONITO BEIÇUDO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Sr.ª Vera Cristina Bonito Beiçudo, licença especial de ruído para a realização de festa com música ao vivo, no dia 29 de abril de 2016, no horário compreendido entre as 22:00 horas e as 04:00 horas, na Taberna do Arrufa, em Cuba. -----
De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de actividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----
A Câmara, por unanimidade, com base na informação n.º 86/2016, da Subunidade Administrativa, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, delibera emitir a licença especial de ruído até às 2,00 horas. -----

15. TERTÚLIA GRUPO FORCADOS AMADORES DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DA PRAÇA MULTIUSOS. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. RECINTO IMPROVISADO. LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Solicita a Tertúlia Grupo Forcados Amadores de Cuba, a cedência da Praça Multiusos, e licença de recinto improvisado, para a realização de uma corrida de touros, no dia 01 de maio de 2016, no horário compreendido entre as 17.00 e as 20.00 horas, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

(1) Cedência da Praça Multiusos. De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”*. -----

(2) Isenção do pagamento de taxas. Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa. -----

(3) Recinto improvisado. Dado que no ponto n.º 1 do art.º 16.º do Decreto-lei 268/2009 de 29 de setembro, diploma que estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados refere que a entidade licenciadora deverá analisar o

pedido e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, nomeadamente no que respeita a condições higieno - sanitárias, poderá a Sr. Presidente determinar a realização de vistoria, caso considere necessário conforme previsto no n.º 2 do citado artigo. -----

(4) Licença especial de ruído. De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de actividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei. -----

As taxas previstas em tabela são as seguintes: -----

Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados – por cada um até 12 m2/semana – € 30,43 -----

Acresce por m2 ocupado e por dia – € 2,17 -----

Instrução de processo – € 6,56 -----

Cedência da Praça Multiusos a entidades sem fins lucrativos – € 340,78 -----

Licença especial de ruído – € 16,87 -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 87/2016, da Subunidade Administrativa, delibera ceder a Praça, isentar do pagamento das taxas, emitir a licença especial de ruído e emitir a licença de recinto improvisado na sequência de vistoria previamente efectuada. -----

16. ATUALIZAÇÃO DO PREÇÁRIO DAS PISCINAS DESCOBERTAS PARA 2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 10/2016 da Subunidade de Ação Desportiva propondo a atualização dos valores dos preços das Piscinas Municipais descobertas para 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera actualizar os preços, fixando os seguintes valores com IVA incluído: -----

Entrada sem utilização: € 0,80; -----

Entrada sem utilização (com cartão jovem): € 0,60; -----

Entradas com utilização: -----

Até aos 6 anos: Não paga; -----

Dos 7 aos 16 anos: € 1,40; -----

Dos 7 aos 16 anos (com cartão jovem municipal): € 1,10; -----

A partir dos 16 anos: € 2,10; -----

A partir dos 16 anos (com cartão jovem municipal): € 1,60, -----

Espreguiçadeiras: (por períodos manhã / tarde) € 1,30; -----

Cartão de 30 sessões: € 40,02; -----

Cartão de 15 sessões: € 26,69. -----

17. PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DO COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO NO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2016, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve: -----

“A Lei nº 27/2013, de 12 de abril, aprovou o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho não sedentária, e procede à uniformização do regime das atividades económicas, que até então eram tratadas de maneira diferente — o comércio em feiras e a venda ambulante. -----

Este novo regime legal prevê que os Municípios aprovem um regulamento comum àquelas atividades, prevendo as condições de admissão de feirantes, as normas de funcionamento dos mercados e feiras e o horário de funcionamento, bem como as zonas e locais autorizados para o exercício da venda ambulante, os horários utilizados e -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "SB." and a signature that appears to be "Pau".

as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos. -----

Determina o nº 8 do artº. 20º daquela lei que a aprovação deste regulamento deve ser precedida de audiência prévia das entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente de associações representativas dos feirantes, dos vendedores ambulantes e dos consumidores. -----

O regime legal de elaboração de regulamentos municipais sofreu algumas alterações por efeito da entrada em vigor (a partir de 08/04/2015) do novo Código do Procedimento Administrativo (doravante CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, designadamente nos seus artigos 97º a 101º e 135º a 147º. -----

Vejamos, agora, essas normas: -----

"Artigo 97.º

Petições

- 1. Os interessados podem apresentar aos órgãos competentes petições em que solicitem a elaboração, modificação ou revogação de regulamentos, as quais devem ser fundamentadas, sem o que a Administração não toma conhecimento delas. -----*
- 2. O órgão com competência regulamentar deve informar os interessados do destino dado às petições formuladas ao abrigo do n.º 1, bem como dos fundamentos da posição que tome em relação a elas. -----*

Artigo 98.º

Publicitação do início do procedimento e participação procedimental

- 1. O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento. -----*
- 2. Quando as circunstâncias o justifiquem, podem ser estabelecidos os termos de acompanhamento regular do procedimento por acordo endoprocedimental com as associações e fundações representativas dos interesses envolvidos e com as autarquias locais em relação à proteção de interesses nas áreas das respetivas circunscrições. -----*

Artigo 99.º

Projeto de regulamento

Os regulamentos são aprovados com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, que deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas. -----

Artigo 100.º

Audiência dos interessados

- 1. Tratando -se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o responsável pela direção do procedimento submete o projeto de regulamento por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias, a audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento. -----*
- 2. A audiência dos interessados pode ser escrita ou oral e processa-se, salvo quanto aos prazos, nos termos dos artigos 122.º e 123.º. -----*
- 3. O responsável pela direção do procedimento pode não proceder à audiência quando:*
 - a) A emissão do regulamento seja urgente; -----*
 - b) Seja razoavelmente de prever que a diligência possa comprometer a execução ou a utilidade do regulamento; -----*
 - c) O número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, devendo nesse caso proceder -se a consulta pública; -----*

d) Os interessados já se tenham pronunciado no procedimento sobre as questões que importam à decisão. -----

4. Nas situações previstas no número anterior, a decisão final deve indicar os fundamentos da não realização da audiência. -----

5. A realização da audiência suspende a contagem dos prazos do procedimento administrativo. -----

Artigo 101.º

Consulta pública

1. No caso previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo anterior ou quando a natureza da matéria o justifique, o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República ou na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão. -----

2. Os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão com competência regulamentar, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. -----

3. No preâmbulo do regulamento, é feita menção de que o respetivo projeto foi objeto de consulta pública, quando tenha sido o caso. -----

Artigo 135.º

Conceito de regulamento administrativo

Para efeitos do disposto no presente Código, consideram-se regulamentos administrativos as normas jurídicas gerais e abstratas que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos. -----

Artigo 136.º

Habilitação legal

1. A emissão de regulamentos depende sempre de lei habilitante. -----

2. Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou, no caso de regulamentos independentes, as leis que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão. -----

3. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se independentes os regulamentos que visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam. -----

4. Embora não tenham natureza regulamentar para efeitos do disposto no presente capítulo, carecem de lei habilitante quaisquer comunicações dos órgãos da Administração Pública que enunciem de modo orientador padrões de conduta na vida em sociedade com, entre outras, as denominações de «diretiva», «recomendação», «instruções», «código de conduta» ou «manual de boas práticas». -----

Artigo 137.º

Regulamento devido e sua omissão

1. Quando a adoção de um regulamento seja necessária para dar exequibilidade a ato legislativo carente de regulamentação, o prazo para a emissão do regulamento é, no silêncio da lei, de 90 dias. -----

2. Se o regulamento não for emitido no prazo devido, os interessados diretamente prejudicados pela situação de omissão podem requerer a emissão do regulamento ao órgão com competência na matéria, sem prejuízo da possibilidade de recurso à tutela jurisdicional. -----

Artigo 138.º

Relações entre os regulamentos

1. Os regulamentos governamentais, no domínio das atribuições concorrentes do Estado,

das regiões autónomas e das autarquias locais, prevalecem sobre os regulamentos regionais e autárquicos e das demais entidades dotadas de autonomia regulamentar, salvo se estes configurarem normas especiais. -----

2. Os regulamentos municipais prevalecem sobre os regulamentos das freguesias, salvo se estes configurarem normas especiais. -----

3. Entre os regulamentos governamentais estabelece-se a seguinte ordem de prevalência: -----

a) Decretos regulamentares; -----

b) Resoluções de Conselho de Ministros com conteúdo normativo; -----

c) Portarias; -----

d) Despachos. -----

Artigo 139.º

Publicação

A produção de efeitos do regulamento depende da respetiva publicação, a fazer no Diário da República, sem prejuízo de tal publicação poder ser feita também na publicação oficial da entidade pública, e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa. -----

Artigo 140.º

Vigência

Os regulamentos entram em vigor na data neles estabelecida ou no quinto dia após a sua publicação. -----

Artigo 141.º

Proibição de eficácia retroativa

1. Não pode ser atribuída eficácia retroativa aos regulamentos que imponham deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções, que causem prejuízos ou restrinjam direitos ou interesses legalmente protegidos, ou afetem as condições do seu exercício. -----

2. Os efeitos dos regulamentos não podem reportar-se a data anterior àquela a que se reporta a lei habilitante. -----

Artigo 142.º

Aplicação de regulamentos

1. Os regulamentos podem ser interpretados, modificados e suspensos pelos órgãos competentes para a sua emissão. -----

2. Os regulamentos não podem ser derogados por atos administrativos de caráter individual e concreto. -----

Artigo 143.º

Invalidade

1. São inválidos os regulamentos que sejam desconformes com a Constituição, a lei e os princípios gerais de direito administrativo ou que infrinjam normas de direito internacional ou de direito da União Europeia. -----

2. São também inválidos: -----

a) Os regulamentos que desrespeitem os regulamentos emanados dos órgãos hierarquicamente superiores ou dotados de poderes de superintendência; -----

b) Os regulamentos que desrespeitem os regulamentos emanados pelo delegante, salvo se a delegação incluir a competência regulamentar; -----

c) Os regulamentos que desrespeitem os estatutos emanados ao abrigo de autonomia normativa nas quais se funde a competência para a respetiva emissão. -----

Artigo 144.º

Regime de invalidade

1. A invalidade do regulamento pode ser invocada a todo o tempo por qualquer interessado e pode, também a todo o tempo, ser declarada pelos órgãos

administrativos competentes, sem prejuízo do disposto no número seguinte. -----

2. Os regulamentos que enfermem de ilegalidade formal ou procedimental da qual não resulte a sua inconstitucionalidade só podem ser impugnados ou declarados oficiosamente inválidos pela Administração no prazo de seis meses, a contar da data da respetiva publicação, salvo nos casos de carência absoluta de forma legal ou de preterição de consulta pública exigida por lei. -----

3. A declaração administrativa de invalidade produz efeitos desde a data de emissão do regulamento e determina a repristinação das normas que ele haja revogado, salvo quando estas sejam ilegais ou tenham deixado por outro motivo de vigorar, devendo o órgão competente reconhecer o afastamento do efeito repristinatório, quando este se verifique. -----

4. A retroatividade da declaração de invalidade não afeta os casos julgados nem os atos administrativos que se tenham tornado inimpugnáveis, salvo, neste último caso, quando se trate de atos desfavoráveis para os destinatários. -----

Artigo 145.º

Caducidade

1. Os regulamentos sujeitos a termo ou condição resolutiva caducam com a verificação destes. -----

2. Os regulamentos de execução caducam com a revogação das leis que regulamentam, salvo na medida em que sejam compatíveis com a lei nova e enquanto não houver regulamentação desta. -----

Artigo 146.º

Revogação

1. Os regulamentos podem ser revogados pelos órgãos competentes para a respetiva emissão, sem prejuízo do disposto nos números seguintes. -----

2. Os regulamentos necessários à execução das leis em vigor ou de direito da União Europeia não podem ser objeto de revogação sem que a matéria seja simultaneamente objeto de nova regulamentação. -----

3. Em caso de inobservância do disposto no número anterior, consideram -se em vigor, para todos os efeitos, até ao início da vigência do novo regulamento, as normas regulamentares do diploma revogado de que dependa a aplicabilidade da lei exequenda.

4. Os regulamentos revogatórios devem fazer menção expressa das normas revogadas.

Artigo 147.º

Reclamações e recursos administrativos

1. Os interessados têm direito a solicitar a modificação, suspensão, revogação ou declaração de invalidade de regulamentos administrativos diretamente lesivos dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos, assim como a reagir contra a omissão ilegal de regulamentos administrativos. -----

2. Os direitos reconhecidos no número anterior podem ser exercidos, consoante os casos, mediante reclamação para o autor do regulamento ou recurso para o órgão com competência para o efeito, caso exista. -----

3. À impugnação administrativa de regulamentos é aplicável o disposto nos artigos 189.º e 190.º para a impugnação facultativa de atos administrativos". -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, ao abrigo da competência consignada na alínea o) do nº 1 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual ("Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões"), submeter o presente assunto para que a Câmara Municipal, no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artº. 33º da citada lei ("Compete à câmara municipal (...) elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município"), conjugada com obrigação decorrente do nº 1 do artº. 20º do Decreto-Lei

nº 27/2013, de 12 de abril, delibere desencadear o procedimento de elaboração do Regulamento do Comércio não Sedentário no Município de Cuba. -----

O início do procedimento é, depois, publicitado no sítio institucional da internet da Câmara Municipal de Cuba, indicando o órgão que o decidiu desencadear, a data em que o mesmo se iniciou, o seu objeto e a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

O regulamento é, posteriormente, aprovado com base num projeto, acompanhado de uma nota justificativa fundamentada, a qual deve incluir uma ponderação dos custos e benefícios das medidas, assim como indicar a lei habilitante, conforme determinam os artigos 136º do CPA (que são os artigos; 112º, nº 7 (*“Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão”*), e 241º (*“As autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar”*)) da Constituição da República Portuguesa, e na alínea k) do nº 1 artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro). -----

Após a aprovação do regulamento pelos órgãos executivo e deliberativo é o mesmo ser publicado no *Diário da República*, assim como no Boletim Municipal e no sítio institucional da internet, sob pena de ineficácia.” -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a proposta para elaboração do Regulamento do comércio não sedentário no Município de Cuba. -----

18. GUILHERMINA ISABEL BARBOSA PACHECO LEÃO. APOIOS SOCIAIS – INSCRIÇÃO. ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 25/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Na Sequência do pedido solicitado pela Sr.ª Guilhermina Isabel Barbosa Pacheco Leão, em que alegou que “não soube do período de inscrições para apoios sociais, e atualmente está a viver algumas dificuldades, necessitando assim do apoio da Autarquia. -----

O esposo da Dona Guilhermina sofre Alzheimer e está internado no Lar de Vila Alva, a pensão do Sr. que antes pertencia ao agregado familiar, agora é para pagar as despesas de Lar e não chega para medicamentos sequer. -----

Desta forma, agora o agregado é constituído apenas pela Sr.ª Guilhermina, de 66 anos de idade, a viver na Rua Luís de Camões n.º25 na freguesia de Cuba. Vive assim este agregado abaixo dos rendimentos permitidos pelo regulamento de Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. -----

Sou a informar V.ª Ex.ª, que as inscrições para solicitação de apoios sociais, decorreram no período de 14 de Dezembro de 2015 a 15 de janeiro do corrente ano, mas segundo o regulamento para atribuição de Apoios Sociais, em casos excepcionais e devidamente justificados, pode a Câmara Municipal autorizar a apresentação de candidatura para além do prazo referido anteriormente.” -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente. -----

19. MARIA MANUELA CAEIRO MESTRE. APOIOS SOCIAIS – ELETRODOMÉSTICOS.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 26/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba a Dona Maria Manuela Caeiro Mestre, com o intuito de solicitar apoio para um esquentador. Esta família é constituída pela Dona Maria Manuela Mestre, de 28 anos, seus filhos Dinis Mestre Nunes de 8 anos, Duarte Mestre Nunes de 7 anos, Diogo Mestre Nunes de 5 anos, Catarina Mestre de 1,5 anos,

Igor Mestre Embaló de 6 meses e pelo seu companheiro Abel Infali Embaló de 29 anos de idade. Este agregado é constituído por 7 pessoas. -----

O agregado familiar vive na Rua de Évora n.º 48 Rch/Esq. na freguesia de Cuba. -----

Os rendimentos desta família são provenientes de Rendimento Social de Inserção, nenhum trabalha. -----

O orçamento do esquentador é de 220,00 €, no Cantinho do Móvel. -----

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia, face aos argumentos atrás exposto, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º. -----

da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articuladas com o n.º 1 do art.º 14º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, delibere sobre o assunto.” A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente. -----

20. MARIA DE FÁTIMA GUERREIRO JÓIA. APOIOS SOCIAIS – ELECTRICIDADE E GÁS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 27/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba a Sr.ª Maria de Fátima Guerreiro Jóia, com o intuito de solicitar apoio para alimentação e eletricidade. -----

Este agregado é constituído apenas pela Sr.ª Maria de Fátima Jóia, de 45 anos de idade, desempregado. A Sr.ª solicitou Rendimento Social de Inserção, o qual averiguámos, mas ainda não recebeu qualquer apoio, o mesmo encontra-se deferido. -----

Esta Sr.ª vive no Rossio de São Vicente, n.º 1 na freguesia de Cuba. -----

A Sr.ª tem a luz cortada por falta de pagamento, a fatura para a mesma poder ser reposta é no valor de 156,94 €. A mesma informou-nos que também está a passar dificuldades em relação à alimentação. -----

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. Mas informo também que a Sr.ª tem dívidas ao Município. -----

Solicito assim a possibilidade de a Sr.ª poder ser apoiada com o pagamento da 1.ª tranche da fatura da luz que é no valor de (156,94€) e que lhe sejam atribuídos 50,00€ para alimentação, ou seja um total de (206,94 €). -----

Face aos argumentos atrás exposto, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articuladas com o n.º 1 do art.º 14º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, delibere sobre o assunto.” -----

Câmara, por unanimidade, delibera atribuir € 50,00 para alimentação e pagar a luz na totalidade. -----

21. ANA FILIPA BALTAZAR BRÁS. APOIOS SOCIAIS – GÁS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 28/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba a Sr.ª Ana Filipa Baltazar Brás, com o intuito de solicitar apoio para uma garrafa de gás. -----

O agregado familiar da Senhora é constituído pela própria de 26 anos de idade, desempregada, pelo seu companheiro António Ricardo Carvalho Carapinha de 40 anos e pelos filhos de ambos, Afonso Miguel Brás Carapinha de 4 anos de idade e João

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and 'S' and a signature that appears to be 'Ana Filipa'.

Manuel Brás Carapinha de 1 ano. Encontra-se este agregado a viver na Rua Luís de Camões n.º33 na freguesia de Cuba. Pagam uma renda de habitação mensal no valor de 225,00€. -----

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. -----

Solicito assim a possibilidade de a Sr.ª poder ser apoiada com o pagamento da garrafa de gás no valor de (25,00€).”-----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente. -----

22. MANUEL LUÍS SERRANO BRÁS. APOIOS SOCIAIS – GÁS E ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 31/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba o Sr. Manuel Luís Serrano Brás, com o intuito de solicitar apoio para uma garrafa de gás e alimentação. -----

O agregado familiar do Senhor é constituído pelo próprio de 61 anos de idade, reformado e pela esposa Maria Jacinta Serrano Baltazar Brás de 48 anos desempregada. Encontra-se este agregado a viver no Largo da Praça, n.º 24 na freguesia de Faro do Alentejo. -----

Este agregado sobrevive com a pensão do Sr. Manuel Luís no valor de 207,56€. -----

O Sr. informou-nos também que com este rendimento, tendo que pagar água, gás, medicação e alimentação torna-se impossível conseguir fazer face a tantas despesas. ---

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. -----

Solicito assim a possibilidade de o Senhor poder ser apoiado com a quantia de 75,00€ pagamento da garrafa de gás e da alimentação. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão do requerente. -----

23. MARIA GORETI ALMEIDA FERNANDES. APOIOS SOCIAIS – GÁS E ALIMENTAÇÃO. ---

Foi presente à Câmara a Informação n.º 32/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba a Sr.ª Maria Goreti Almeida Fernandes, com o intuito de solicitar apoio para uma garrafa de gás e alimentação. -----

O agregado familiar da Senhora é constituído pela própria de 46 anos de idade, desempregada e pelas suas filhas Mónica Sofia Almeida Fernandes de 16 anos de idade, estudante e Ana Catarina Almeida Fernandes Parreira de 13 anos também estudante.

Encontra-se este agregado a viver na Rua Miguel Bombarda, n.º16 na freguesia de Cuba. A dona Maria Goreti esteve a trabalhar no campo, ocupação temporária e agora que não tem qualquer tipo de trabalho, nem rendimentos de onde lhe provenham, solicita à Autarquia este tipo de apoio. -----

A Sr. solicitou RSI, mas ainda não foi deferido, paga uma renda de casa no valor de 300,00€ e não consegue fazer face a tantas despesas. -----

Mais se informa que depois de analisada a situação socioeconómica do agregado, verificámos que o mesmo se encontra de acordo com o Regulamento para Apoios Sociais em utilização nesta Autarquia. -----

Solicito assim a possibilidade de a Sr.ª poder ser apoiada com a quantia de 75,00€ pagamento da garrafa de gás e da alimentação.”-----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão da requerente. -----

24. VICTOR MANUEL PAULO CALHORDO. APOIOS SOCIAIS – INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 33/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde que é do seguinte teor: -----

“Dirigiu-se à Câmara Municipal de Cuba, por informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Ruiva o Sr. Victor Manuel Paulo Calhordo, a residir em Vila Ruiva, na Rua de Lisboa, n.º 93, com o intuito de solicitar inscrição para apoios sociais, pois diz não ter tido conhecimento que a autarquia concedia estes apoios. -----

O agregado familiar do respectivo Senhor é constituído pelo Próprio de 52 anos de idade, reformado e portador de doença crónica, sua esposa Maria Isabel Lages Almeida Paulo de 55 anos, desempregada e o neto de ambos, Tiago Manuel Paulo dos Santos, de 12 anos de idade, estudante. -----

Este agregado vive com a reforma de invalidez do Sr. Victor Calhordo no valor de 448,64€. -----

Com base nos critérios definidos pelo regulamento para Apoios Sociais, no n.º 2 do artigo 4.º (*“Em casos excepcionais e devidamente justificados pode a Câmara Municipal autorizar a apresentação de candidatura para além do prazo referido no regulamento”*). Face aos argumentos atrás exposto, cumpre-me propor à Câmara que, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulado com a alínea i) do n.º 1 do art.º 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, delibere sobre o assunto.” -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atender a pretensão do requerente. -----

25. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015. APLICAÇÃO ÀS AUTARQUIAS DA RESOLUÇÃO N.º 44/2015 DA 2.ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS. NECESSIDADE DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 4/2016, do Chefe da Unidade de apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, enquadrando o assunto em título. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1.º - Para cumprimento do disposto no ponto 8 da Resolução n.º 44/2015 do Tribunal de Contas, publicada no DR., 2.ª série, n.º 231, conforme Doc. n.º 2, outorgar a declaração em baixo transcrita: -----

ANEXO -----

Declaração de responsabilidade -----

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2015 do Município de Cuba (indicar a entidade) declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas (individuais/consolidadas) ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente: -----

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental; -----

- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações; -----
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto; -----
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais; -----
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras; -----
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contração pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros; -----
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais; -----
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes. -----

Os responsáveis subscritores: -----

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:” -----

2.º - Determinar que a declaração em causa seja apensa à prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas. -----

26. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 18/2016, dos Serviços financeiros que é do seguinte teor: -----

Fundamentação: -----

Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 setembro. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 339.693,78 à data de 31/03/2016; -----
- Os pagamentos efetuados à data de 31/03/2016 possuem o valor de €955.418,69 para Despesas Correntes e €172.435,33 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 22,73% no que diz respeito a despesa corrente e 15,00% a despesa de capital; -----
- As receitas cobradas pelo Município à data de 31/03/2016 ascendem a € 904.373,45 no que diz respeito à receita corrente, €189.621,84 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 20,14 % relativamente à receita corrente e 21,86 % à receita de capital. Encontra-se por cobrar €158.904,01; -----
- O saldo de execução orçamental à data de 31/03/2016 é de € 291.220,57; -----
- A cabimentação atingiu à data 83,64 % no que diz respeito a despesa corrente e 67,33 %, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em €2.167.070,24 e em despesa de capital € 590.065,22 e representam relativamente ao orçamento corrigido 51,56% e 51,35% respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €1.629.281,44 sendo: -----

€ 1.211.651,55 - Despesa corrente -----

€417.629,89 - Despesa capital -----

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.309.064,87; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 31/03/2016 ascende a €191.265,74, sendo: -----

Despesa corrente : €182.773,26 -----

Despesa capital : €8.492,48 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 setembro: -----

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2016:

Limite da dívida total: 6.339.936,34 €

Situação do Município em 01-01- 2016 :

Situação do Município em 01-01- 2016 :€2.430.187,00

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2016: €2.468.219,00

Situação do Município (de forma isolada) em 31-03- 2016 :€2.338.184,46

Situação do Município + SM+AM+SEL em 31-03-2016: €2.386.125,64

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMBAAL (participação de 3,41%):€18.960,58 ;

AMCAL (participação de 22,05%): € 13.782,02;

AMGAP :€ 0,00;

ANMP:€349,26;

CIMBAL (participação de 3,91%): €14.849,32;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€ 0,00;

Verifica-se que o Município se encontra em situação de cumprimento, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta.

Ressalva-se que o cálculo é baseado em saldos de conta provisórios, uma vez que ainda não foi efectuado o encosto de saldos do ano anterior.

Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, "a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso."

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso.

Fundos Disponíveis:

Os Fundos disponíveis do trimestre foram de:€1.597.266,83 , tendo sido absorvidos até final do mês de Março €1.487.701,56.

Equilíbrio Orçamental:

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o

equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma:

"A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo".

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio:

Receita corrente bruta :€904.373,45

Amortização média anual:€267.033,61

Despesa corrente paga:€955.418,69

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior a análise é a seguinte:

A nível das receitas:

Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se maior receita arrecadada a nível das receitas próprias e menos a nível das transferências, e dos impostos diretos. Os aumentos verificados nas receitas próprias estão relacionados com a venda de bens .

Verifica-se um ligeiro acréscimo de receita nas taxas e um acréscimo na venda de bens e serviços e noutras receitas correntes. O acréscimo na venda de bens e serviços está relacionado com a receita da venda de água, serviços a nível dos resíduos sólidos, trabalho por conta de particulares e rendas, o aumento das outras receitas correntes deveu-se a um reembolso do iva relativo ao ano de 2014; -----

A nível da despesa: -----

Comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se maior despesa paga em 2015 a nível das despesas com o pessoal, transferências correntes e aquisição de bens de capital. -----

A nível das despesas com o pessoal pagas, verifica-se um ligeiro acréscimo nas remunerações certas e permanentes cerca de €3.309,58 em valor absoluto, devendo-se essencialmente às avenças que comparativamente com o ano anterior se encontravam classificadas no capítulo 02 da despesa. -----

Verifica-se um decréscimo, relativamente ao período homólogo do ano anterior na despesa paga com a aquisição de bens e de serviços. A nível dos bens o decréscimo está relacionado com combustíveis, alimentação-refeição confeccionadas, e aquisição de água para venda e outros bens. A nível dos serviços, o ligeiro decréscimo prende-se com locações, seguros e outros serviços. -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

1- O município encontra-se à data numa situação de cumprimento, no que diz respeito à dívida total; -----

2- Não existem pagamentos em atraso; -----

3- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

27. AJUSTE DIRETO N.º 15/2016 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING) DE UM VEÍCULO NOVO TIPO MINIBUS, PELO PRAZO DE 60 MESES. -----

Foi presente à Câmara a documentação referente ao procedimento em título. -----

A Câmara, por unanimidade, determina remeter o assunto à Assembleia Municipal para assunção de encargos plurianuais uma vez que o prazo contratual excede os 3 anos previstos na deliberação genérica. -----

28. CANDIDATURAS PROGRAMA DE EMPREGO – APOIO À QUALIFICAÇÃO DAS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADES, NA MEDIDA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO +. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 30/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde, apresentando os custos da candidatura em título. -----

Na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba a S.A.S.S. informa que se apresentou uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego – Apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades ao IEPF para a integração de cinco trabalhadores. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a junta de Freguesia de Cuba nesta candidatura no âmbito dos Programas de Emprego – Apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades na medida contrato emprego-inserção+, nos termos do Decreto-Lei n.º 290/2009, 12 de Outubro, regulamentado pela portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, e republicado pelo decreto-lei 131/2013 de 11 de setembro. Nestes termos somos a expor os custos de uma candidatura na medida contrato emprego inserção+ para deficientes e pessoas com incapacidades, para 5 pessoas:

Ano 2016: Valores globais:

- 1) Total : 20.980,60 €
- 2) Participação total e efetuar pelo IEPF.....18.678,80 €
- 3) Total a cargo da entidade Câmara Municipal2.301,80 €

Ano 2017

- 1) Valores globais: Total : 10.177,80 €
- 2) Participação total e efetuar pelo IEPF: 9.339,40 €
- 3) Total a cargo da entidade Câmara Municipal 838,40 €

Despesa efetiva a cargo da Câmara Municipal nos anos 2016/17... 3140,20 €

A Câmara, por unanimidade, delibera submeter a candidatura assumindo os custos inerentes à mesma. -----

29. SUBMISSÃO DE CANDIDATURA CEI JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO. --

Foi presente à Câmara a Informação n.º 29/2016, do Serviço de Ação Social e Saúde, apresentando os custos da candidatura em título. -----

A S.A.S.S. informa que a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo no ano 2016 apresentou uma candidatura CEI ao IEPF para a integração de um trabalhador. Esta candidatura tem a data inicial prevista para 21/04/2016 e término no dia 20/04/2017. O valor total a considerar é de 1.566,65 € para o ano de 2016 e de 636,20 € para 2017. A Câmara, por unanimidade, delibera submeter a candidatura assumindo os custos inerentes à mesma. -----

30. MARIA CONCEIÇÃO CLÁUDIA XIMENES CARDEIRA. PEDIDO DE REFORMULAÇÃO DE PLANOS DE PAGAMENTO. -----

Solicita a Sr.ª Maria Conceição Cláudia Ximenes Cardeira a possibilidade de poder reformular os dois planos de pagamento que não cumpriu ficando a pagar prestações de € 10,00, mensais, por cada um. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera deferir a pretensão. -----

31. JOAQUINA ROSA BEIRÃO BAPTISTA VISTORIA PARA VERIFICAÇÃO DE CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE E DE SEGURANÇA. RUA NOVA, n.º 32, ALBERGARIA DOS FUSOS. -----

Relativamente ao assunto em epígrafe e após realização de vistoria, no dia 05/02, que contou com a presença da proprietária (Sr.ª Joaquina Rosa Baptista), somos a informar o seguinte: -----

No que à habitação diz respeito, e na sequência dos factos expressos pela proprietária na sua comunicação, designadamente os problemas associados á vala existente entre a sua habitação e o prédio vizinho, verificou-se a existência pontual de alguns focos de humidade, que se presume advir de infiltrações exteriores. A vala foi executada contiguamente à empena do prédio da reclamante, que faz a separação entre este e o logradouro vizinho; -----

Como se constata pelas imagens do Google Earth, de 04/2010 e de 12/2014, já existia essa vala, cuja extremidade possui tubo de drenagem pluvial para o arruamento. Não colocamos em causa essa solução, que deverá possuir grelha para evitar arrastamento de lamas ou de detritos de outra natureza para a via pública e que deverá apenas servir para escoamento pluvial; -----

Uma vez que a empena da habitação está em contacto directo com a vala, deverá a proprietária diligenciar no sentido de proceder à impermeabilização desse paramento, desde a base de contacto com o terreno até a uma altura superior ao topo da vala, para o que o vizinho deverá conceder autorização para aí aceder (cfr. art.º 1349.º do Código Civil); -----

A Câmara tomou conhecimento e delibera notificar a requerente do relatório de vistoria. -----

32. ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA. RELATÓRIO DE GESTÃO 2015. -----

Foi presente à Câmara o Relatório de gestão, ano de 2015, da Escola Profissional de Cuba, bem como a Certificação legal de Contas e ainda o relatório e Parecer do Fiscal único. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

33. AMCAL – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL. ENVIO DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO. -----

Foi presente à Câmara a circular n.º 12/2016, da AMCAL, dando conhecimento das conclusões da reunião com a CCDR-Alentejo e a UCASUL, cujo conteúdo se transcreve: "A fim de explicar a origem, as consequências e a eventual perigosidade dos maus odores provenientes da fábrica da UCASUL, esteve presente o seu representante, Engenheiro Carlos Martins. Apesar de ter sido convocada para esta reunião, a CCDR-Alentejo não se fez representar. Foi consensual que a generalidade dos concelhos da região da AMCAL sente os maus odores da fábrica da UCASUL, com maior intensidade e frequência nas povoações de Cuba e Faro do Alentejo. O representante da UCASUL referiu que esta fábrica é cada vez mais imprescindível à resolução dos problemas ocasionados pela crescente área de plantação de oliveis nesta região, garantindo que a UCASUL não se move unicamente por objetivos financeiros, mas essencialmente por objetivos sociais e ambientais. Garantiu ainda não existirem quaisquer problemas de saúde pública como demonstram as muitas análises já efetuadas. Referiu que a UCASUL está a realizar novos investimentos e a ensaiar novas soluções de tratamento cuja validação poderá ocorrer num prazo de dois a três anos. Informou que fábricas idênticas em Espanha adotam soluções menos eficazes no tratamento do ar e dos efluentes líquidos. A terminar, foi acordada a realização de sessões de esclarecimento públicas com autarcas, técnicos da UCASUL e da CCDR-Alentejo e Delegados de Saúde. Foi ainda acordado realizar uma visita à fábrica da UCASUL, com autarcas e técnicos municipais, em data próxima." -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

34. ANTÓNIO CARLOS SEMEDO GUERRA. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DA CORRIDA DE TOIROS, EM CUBA, DIA 1 DE MAIO. -----

Solicita o Sr. António Carlos Semedo Guerra a possibilidade de lhe ser concedida licença de ocupação de via pública para o exercício de venda ambulante com o seu Carro/Bar, por ocasião da Corrida de Toiros, que se realiza no próximo dia 1 de maio de 2016. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 4/2016, da Subunidade Administrativa, delibera atender a pretensão do requerente. -----

35. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Proposta do Sr. Presidente referente ao concurso em título cujo conteúdo se transcreve: -----

“Considerando que se aproxima a época estival, altura em que cresce a procura de espaços onde seja possível usufruir de um momentos de lazer e saudável convívio; -----

Considerando o interesse inerente ao desenvolvimento de uma atividade de exploração do bar do Jardim dos Combatentes, não só como forma de dinamizar o local, mas também de criar condições de retorno económico, quer público mediante a cedência do espaço, quer particular resultante dos lucros que daí possam advir para o respetivo explorador; -----

Considerando que o referido Bar se encontra em condições de poder ser aberto, -----

Proponho que a Câmara delibere a abertura de concurso público para cessão de exploração do “Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba” e aprove os respetivos Programa de Concurso e Caderno de Encargos, que se anexam. -----

Mais proponho que o Júri do concurso seja constituído pelos seguintes membros: -----

Presidente: Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara; -----

Vogais efetivos: Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDSC; -----

Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior. -----

Vogais suplentes: Maria Jacinta Cardoso Grilo, Técnica Superior; -----

Cristina Isabel Vilão Rosa Branco Candeias, Técnica Superior. -----

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído por Vitor Manuel Parreira Fialho. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a abertura de concurso público para cessão de exploração do “Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba” assim como aprova o respetivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos, definindo em € 100,00 o valor base, ficando o cessionário com a responsabilidade de pagar o valor da electricidade, durante a vigência do contrato. -----

36. CONCURSO PÚBLICO PARA ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS DE RESTAURAÇÃO NO FESTIVAL DO CARACOL. -----

Foi presente à Câmara o relatório da Comissão de Acompanhamento do Concurso em título, cujo teor se transcreve: -----

“Pelas dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniram os membros da Comissão de Acompanhamento designada para o presente ato público, presidida por Sandra Maria Guerreiro Bráz, Vereadora, coadjuvada pelas vogais Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior e Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da UAJDSC. -----

A este ato público não esteve presente qualquer concorrente ou seus representantes.

A Presidente deu por aberta a sessão do ato público do concurso. -----

De seguida, elaborou-se, pela ordem de entrada dos invólucros, a lista dos concorrentes, que foi lida em voz alta: _____

1º Café restaurante Chave D'Ouro, de Duarte Nuno Damásio Piolty Sezões; _____

2º Snack-bar Oásis, de Rui Manuel Gonçalves Mendes; _____

3º Bar dos Bombeiros Voluntários de Cuba, de António Francisco Pinto Pirote; _____

4º Café o Primo, de Susana Isabel Landum Lameira; _____

5º António Francisco Sardinha Ramos – Café Central; _____

6º Café Cervejaria Cubense – “Rei do Caracol”, de Ana Cristina Vilhena Rebelo. _____

Foi igualmente dada a conhecer os membros da Comissão a proposta apresentada pelo Café Restaurante “Estrela”, que foi entregue extemporaneamente. _____

Seguidamente, procedeu-se à abertura dos invólucros, pela mesma ordem de entrada, extraindo-se as respetivas propostas e documentos que foram rubricados pela Comissão. _____

Após a verificação dos documentos, para efeitos de admissão ou exclusão dos concorrentes, deliberou a Comissão, por unanimidade, excluir o concorrente Café Central, de António Francisco Sardinha Ramos, por não ter entregue a certidão de não dívida à segurança social, conforme era exigido pela alínea a) do nº 2 do artº. 4º das normas do presente concurso, assim como o concorrente Café Restaurante Estrela, por a sua proposta ter entrado nesta Câmara fora do prazo fixado para o efeito, e a mesma não se encontrar devidamente instruída conforme referido nos nºs 1 e 2 do citado artº, 4º. _____

Mais delibera a Comissão, por unanimidade, admitir todos os restantes concorrentes, porque as suas propostas cumprem o exigido no aludido artº 4º. _____

Nesta conformidade, de acordo com o critério de adjudicação fixado no artº. 5º das normas do presente concurso, os espaços ficam atribuídos aos concorrentes admitidos na seguinte ordem: _____

1º Café Cervejaria Cubense – “Rei do Caracol”, de Ana Cristina Vilhena Rebelo - € 250,00+IVA (23%), ou seja, € 307,50 (trezentos e sete euros e cinquenta cêntimos); _____

2º Café O Primo, de Susana Isabel Landum Lameira - € 200,00+IVA (23%), ou seja, € 246,00 (duzentos e quarenta e seis euros); _____

3º Bar dos Bombeiros Voluntários de Cuba, de António Francisco Pinto Pirote - € 188,00+IVA (23%), ou seja, € 213,24 (duzentos e trinta e um euros e vinte e quatro cêntimos); _____

4º Snack-bar Oásis, de Rui Manuel Gonçalves Mendes - € 150,00+IVA (23%), ou seja, € 184,50 (cento e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos); _____

5º Café restaurante Chave D'Ouro, de Duarte Nuno Damásio Piolty Sezões - € 100,00+IVA (23%), ou seja, € 123,00 (cento e vinte e três euros). _____

Ficando por atribuir três espaços, por falta de propostas para os mesmos, a Comissão delibera, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 1.º das normas do presente concurso, propor à Câmara Municipal que convide os concorrentes que ficaram excluídos - Café Central, de António Francisco Sardinha Ramos e Café Restaurante Estrela. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera atribuir os cinco espaços aos concorrentes cujas propostas cumpriam os requisitos do caderno de encargos e convidar os concorrentes

que não entregaram a totalidade da documentação a retificarem as suas propostas. -----

37. CONCURSO PÚBLICO PARA CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara o Relatório do Júri do concurso supra citado que é do seguinte teor: -----

Aos vinte e um dias do mês de março do ano dois mil e dezasseis, reuniram os membros do Júri designado para o concurso referenciado em epígrafe, presidido por Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara, coadjuvado por Vitor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM, e Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior, a fim de elaborarem o relatório final do procedimento supra identificado. -----

O Júri procedeu oportunamente à análise das propostas admitidas e, em função da aplicação do critério de adjudicação e ponderação dos factores e subfactores de apreciação das propostas previamente fixados, elaborou um relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, donde resultou a seguinte ordenação para efeitos de adjudicação:-----

1º Sónia Cristina de Nobre Brito, Unipessoal, Lda;

2º Cenário Agosto, Unipessoal, Lda.

Procedeu-se, de seguida, à audiência prévia dos concorrentes, tendo-lhes sido concedido o prazo de 10 dias úteis para, querendo, se pronunciar sobre o projeto de decisão final. -----

Os concorrentes nada disseram. -----

Nesta conformidade, delibera o Júri, por unanimidade, manter a decisão constante do Relatório Preliminar propondo a adjudicação ao concorrente classificado em 1º lugar - Sónia Cristina de Nobre Brito, Unipessoal, Lda. -----

Mais delibera o Júri, por unanimidade, remeter o presente relatório, assim como todo o processo concursal ao órgão competente para a decisão – a Câmara Municipal de Cuba – para que delibere sobre a adjudicação. -----

Para constar se lavrou o presente relatório, que vai ser submetido à consideração superior para efeitos de adjudicação. -----

Mais se submete a apreciação e aprovação a minuta do respetivo contrato de cessão.

A Câmara, por unanimidade, delibera adjudicar a exploração do bar das piscinas municipais ao concorrente classificado em 1.º lugar, Sónia Cristina de Nobre Brito, Unipessoal, Lda, e aprovar a minuta do contrato de cessão. -----

OBRAS PARTICULARES. -----

DELIBERAÇÃO FINAL SOBRE O PEDIDO DE LICENCIAMENTO. -----

38. DAVIDE MIGUEL DO Ó MACHADO. PROCESSO N.º 3/2016. -----

Construção de habitação no loteamento das Courelas da Igreja, lote 3, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, delibera aprovar o licenciamento fixando em 12 meses, o prazo para conclusão dos trabalhos de acordo com a calendarização apresentada. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: --

"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 13,30 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,




